

Em primeiro lugar o mandato do presidente

O senador Mário Covas está propondo uma inversão na pauta de votação do projeto constitucional no plenário da Assembléia, que deverá começar no final deste mês: ele pretende que sejam votados em primeiro lugar o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo que o País terá a partir da nova Carta Magna.

"Esses são dois focos de fermentação e, se forem enfrentados logo, haverá mais tranquilidade e atenção para os demais problemas" — diz o senador.

Desta vez — e é a primeira desde que se instalou a Constituinte — estamos de pleno acordo com o "golpista-mor da Assembléia". É perfeitamente pertinente a argumentação do líder peemedebista: enquanto não estiver definido o tempo que o presidente Sarney ainda terá no Palácio do Planalto a administração pública não andarão dentro dos mínimos padrões de racionalidade. Grande parte da responsabilidade pela crise política e econômica atual pode ser creditada a esta indefinição. E dividida entre o presidente Sarney e as lideranças do PMDB.

A verdade é que o PMDB nunca se conformou em ver um antigo adversário seu dos tempos dos governos militares guindado à Presidência da República com os votos dele, PMDB. Sarney só foi aceito como candidato a vice porque esta foi a condição imposta pelos dissidentes do PDS para garantir a maioria dos votos no Colégio Eleitoral e porque nunca se imaginou que pudesse acontecer alguma coisa de ruim ao presidente Tancredo Neves. Assim, desde que Sarney ocupou o lugar que era de Tancredo, o partido do dr. Ulysses jamais deu sustentação política ao presidente, procurando apenas capitalizar o êxito fugaz do Plano Cruzado e agindo quase como oposição a partir do seu fracasso.

Por seu turno, o vate maranhense dançou de acordo com a música tocada pela trupe do dr. Ulysses. Como comentamos em nosso editorial de ontem, ele "nunca teve e continua a não ter uma política econômica. A única política que teve desde que o destino o colocou num cargo para o qual jamais se preparou, porque jamais sonhou ocupá-lo, foi a de fazer todas as barganhas e todas as concessões possíveis para nele permanecer durante o maior tempo possível".

Ainda agora, no episódio da troca de comando no Ministério da Fazenda, Sarney voltou a se utilizar desse expediente, sem cerimônia e sem se preocupar com o fato de estar desprestigiando o novo ministro no momento mesmo em que ele tomava posse. Na terça-feira, quando aceitou o posto deixado por Bresser Pereira, Mafson da Nóbrega anunciou, ainda no Palácio do Planalto, que havia recebido carta branca do presidente para formar sua equipe. De volta ao Ministério da Fazenda, aceitou o pedido de demissão, apresentado em caráter irrevogável, do presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Em seguida, ligou para o Rio de Janeiro e convidou o presidente do Banco Inter-Atlântico, ex-diretor do BB e do BC e seu amigo pessoal, José Luís Silveira Miranda, para a vaga de Milliet. Miranda viajou na quarta-feira para Brasília para a posse de Mafson como o novo presidente do Banco Central. Lá descobriu que não era nada disso.

É que, nesse meio tempo, entrou no circuito o governador Orestes Quércia, antigo e ardoroso militante dos cinco anos e que nos últimos dias se havia bandeado para o mandato quadrienal e até já discutia as possíveis candidaturas do PMDB com o dr. Ulysses e o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco. Sem Bresser e sem Milliet, alegava Quércia, São Paulo ficava sem nenhum representante no primeiro escalão econômico do governo. O que seria um desprestígio para o Estado e para ele, Quércia. Afinal, quando ele assumiu o Palácio dos Bandeirantes, São Paulo tinha cinco ministros e, em determinada época, chegou a dominar a área econômica com Funaro na Fazenda, Sayad no Planejamento e Bracher no Banco Central. Hoje, a representação paulista está reduzida a Almir Pazzianotto no Trabalho e Abreu Sodré no Itamaraty, sabidamente dois homens que não pertencem à curriola do governador e são titulares de ministérios periféricos.

Os argumentos de Quércia convenceram Sarney. Do mesmo modo que os argumentos de Sarney convenceram o governador paulista: após uma audiência quarta-feira no Planalto — ele foi convocado pelo presidente para explicar sua repentina mudança de posição em relação ao mandato — Quércia já não mostrou mais a mesma convicção da última semana na defesa dos quatro anos.

Quanto à argumentação do governador no tocante à formação da equipe ministerial, concordamos com ele: é inadmissível que um Estado, responsável por cerca de 50% do Produto Interno Bruto do País, fique fora do centro de decisões sobre a política econômico-financeira.

Nada temos, também, contra o sr. Milliet, cuja competência ninguém discute e, além do mais, sua permanência no Banco Central é altamente conveniente para evitar uma solução de continuidade nas negociações sobre a dívida externa nas quais, daqui para a frente, ele desempenhará a missão que vinha sendo desempenhada pelo sr. Fernão Bracher.

Mas não é esse aspecto da questão que nos interessa no contexto deste comentário.

O que esse episódio confirma é aquilo que dizíamos no editorial de ontem: o presidente Sarney nunca teve uma política econômica.

Sua única política é manter-se na Presidência pelo maior espaço de tempo possível.

Ao que parece, enganamo-nos no referido editorial apenas quando ponderamos que ele parecia já conformado com os quatro anos de mandato. O episódio do Banco Central demonstra que não está.

E, por isso, demonstra também que o senador Mário Covas está absolutamente certo quando propõe que essa questão seja definida prioritariamente pela Constituinte, a fim de que se possa pensar na possibilidade de termos um mínimo de racionalidade na administração pública do País nestes próximos um ou dois anos.

Somente após a definição do mandato presidencial, particularmente na área crucial da economia, o ministro Mafson da Nóbrega poderá deglutir em paz o seu prato de arroz e feijão.